



Faculdade de Direito da UFMG

PLANO DE ENSINO DE DISCIPLINA

Versão Curricular: 2022/2

Código e Nome da disciplina: DIP053 TÓPICOS EM TEORIA DO ESTADO C - Tribunais de Contas, Democracia e Cidadania

Tipo: () Obrigatória (X) Optativa

Carga horária: 30 horas/aula **Créditos:** 2 **Período:** não se aplica

Pré-requisitos/conhecimentos prévios

Não há pré-requisito formal indicado para a disciplina. Recomenda-se conhecimento básico de Teoria Geral do Estado, Direito Constitucional e noções de Administração Pública.

Ementa

Disciplina de caráter introdutório destinada à apresentação dos fundamentos constitucionais dos Tribunais de Contas, suas competências, formas de atuação e importância para a fiscalização da Administração Pública. Aborda temas como julgamentos de contas públicas, auditorias e fiscalização de políticas públicas, transparência, controle dos gastos públicos e efetivação da cidadania. Com linguagem acessível e enfoque prático, proporcionando ao aluno uma visão geral do sistema de controle externo brasileiro.

Unidades

Unidade 1 – Tribunais de Contas e a Organização do Estado Brasileiro

Estudo da previsão constitucional dos Tribunais de Contas, de sua posição institucional no Estado brasileiro e de suas funções no sistema de controle externo. Análise de sua relação com a organização do Estado, a separação dos poderes e o sistema de freios e contrapesos, destacando seu papel na fiscalização da Administração Pública.



Faculdade de Direito da UFMG

Unidade 2 – Competências e Funcionamento dos Tribunais de Contas

Introdução ao funcionamento dos Tribunais de Contas e às suas principais competências constitucionais e legais. Estudo dos mecanismos de fiscalização, auditoria e julgamento de contas, bem como dos aspectos jurídicos fundamentais da jurisdição de contas e das garantias aplicáveis aos fiscalizados.

Unidade 3 – Tribunais de Contas, Cidadania e Controle Democrático

Estudo da contribuição dos Tribunais de Contas para a transparência, a boa governança e o controle da Administração Pública. Análise de seu papel no fortalecimento da cidadania, do controle social, da efetividade das políticas públicas e da proteção do interesse público

Bibliografia básica

BOBBIO, Norberto. A teoria das formas de governo. Tradução de Sergio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRITTO, Carlos Ayres. O regime constitucional dos tribunais de contas. Revista da EJUSE, Aracaju, n. 2, p. 71-84, 2020. Disponível em: http://revistaejuse.tjse.jus.br/revistaejuse/index.php/revista_da_ejuse/article/view/47. Acesso em: [data de acesso].

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 34. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses; JACOBY FERNANDES, Ana Luiza; ABINAGEM, Mércia Helena Siqueira. Tribunais de Contas do Brasil: jurisdição e competência. 5. ed. rev., ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2025.

WANDERLEY JUNIOR, Bruno. . A Crise Institucional Brasileira e o Desequilíbrio dos Poderes Constituídos: a necessidade de um novo pacto social para a defesa da Constituição e o resgate da cidadania.. In: Leonardo Ferreira Vilaça. (Org.). Vozes do



Faculdade de Direito da UFMG

Futuro: reflexões sobre a crise política brasileira, governabilidade e corrupção..
1ed.Belo Horizonte: Conhecimento Editora, 2020, v. 1, p. 23-.

SOUZA JÚNIOR, João Alves de; MORAIS, Thiago Fernandes. Entre a tradição e a inovação: 90 anos TCEMG e os novos caminhos para solução de conflitos. Revista do TCEMG, Belo Horizonte, v. 43, n. especial, 24 out. 2025. Disponível em: <https://revista.tce.mg.gov.br/pagina/article/view/328>. Acesso em: 2 jul. 2026.

Bibliografia complementar

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. O novo constitucionalismo latino-americano: o estado plurinacional e a diversidade decolonial. São Paulo: Editora Dialética, 2025

TCU. Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da Administração Pública (TCU) Versão 2. Brasília/ TCU Sec. de Planejamento, governança e gesto 2014. portal.tcu.gov.br

TRIBUNAIS DE CONTAS DOS ESTADOS. Leis orgânicas, regimentos internos e materiais institucionais sobre controle externo, processo de contas e controle de políticas públicas.